CONCURSO PÚBLICO
GUARDA FEMININA DE GARANHUNS (PE)

GUARDA MUNICIPAL FEMININO (MANHÃ)

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital;** levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
- Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
- Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeducc.org.br.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

Julgue os itens a seguir.

01. O CNJ tem poderes legislativos, podendo elaborar e aprovar leis federais, estaduais e municipais como parte de suas atribuições regulares.

02. De acordo com a Lei Federal nº 13.675/2018, a Polícia Legislativa é excluída do rol de integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), não contribuindo, portanto, para as atividades de segurança pública e defesa social no âmbito do sistema.

03. A Lei Federal nº 9.605/1998 estabelece que a aplicação de penas por crimes ambientais deve considerar a gravidade do fato, os antecedentes do infrator em relação à legislação ambiental, e sua situação econômica, no caso de multas.

04. A Constituição Federal do Brasil estabelece como direito fundamental o acesso à Justiça, garantindo aos cidadãos, independentemente de sua situação financeira, o direito à representação legal gratuita por meio da Defensoria Pública. Essa instituição é essencial para assegurar assistência jurídica a indivíduos e grupos hipossuficientes, incluindo necessitados, minorias, crianças e adolescentes, reforçando o exercício dos direitos humanos e fundamentais.

05. O genocídio e os atos relacionados, conforme definidos na Convenção, não são considerados crimes políticos para efeitos de extradição, obrigando as partes contratantes a conceder a extradição conforme sua legislação e tratados em vigor.

06. A Convenção sobre o Genocídio estabelece que apenas os estados podem ser responsabilizados por genocídio, excluindo a possibilidade de responsabilidade individual de governantes, funcionários ou particulares.

07. O processo de sindicância é uma etapa opcional no processo administrativo disciplinar, podendo ser completamente omitido pela administração pública, se assim desejarem as autoridades competentes.

08. Normas penais em branco violam o princípio da reserva legal, uma vez que deixam para regulamentos e portarias a definição de elementos essenciais dos tipos penais, o que compromete a clareza e a precisão necessárias para a validade de uma norma penal.

09. O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, exerce função primordial na elaboração, debate e aprovação de leis no Brasil, seguindo o princípio da bicameralidade.

10. Os direitos humanos, uma vez estabelecidos em tratados internacionais, não necessitam de reconhecimento ou adoção por legislações nacionais para sua efetiva aplicação, operando automaticamente em todas as jurisdições sem necessidade de medidas internas de implementação.

11. A homologação de decisões estrangeiras pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) é essencial para que elas tenham eficácia no território brasileiro. Esse procedimento é disciplinado pelos artigos 216-A a 216-X do Regimento Interno do STJ e requer o pagamento de custas, devendo ser iniciado por meio de petição eletrônica assinada por advogado.

12. O CNJ é uma instituição independente que não está vinculada a nenhum dos Poderes da República, operando fora da estrutura do Poder Judiciário.

13. A Administração Pública Direta refere-se aos serviços integrados na estrutura administrativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Enquanto a Administração Indireta compreende entidades com personalidade jurídica própria, criadas para desempenhar funções específicas, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

14. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990.

15. A Constituição Federal de 1988 estabelece que apenas o Senado Federal tem a função de debater e aprovar emendas constitucionais, sem a intervenção da Câmara dos Deputados.

16. A retroatividade da lei penal mais benéfica é um princípio que permite a aplicação de uma nova lei mais favorável ao réu a fatos ocorridos antes de sua vigência. Esse princípio está previsto no art. 2º do Código Penal e visa a garantir que avanços legislativos que discriminem condutas ou reduzam penas sejam aplicados a situações passadas, beneficiando indivíduos previamente condenados ou processados.

17. O CNJ é responsável pelo julgamento de processos disciplinares contra membros do Judiciário, garantindo o direito à ampla defesa, e pode determinar sanções administrativas como a remoção ou aposentadoria.

18. A Lei de Improbidade Administrativa estabelece que apenas os atos de enriquecimento ilícito estão sujeitos a sanções, excluindo-se os atos que causam prejuízo ao erário ou que atentam contra os princípios da Administração Pública.

19. Os crimes de genocídio cometidos antes da entrada em vigor da Convenção podem ser julgados e punidos retroativamente pelas partes contratantes, de acordo com as disposições do tratado.

20. No Processo Administrativo Disciplinar (PAD), a comissão deve ser formada por três servidores estáveis, indicados pela autoridade competente, com um presidente que ocupe cargo de nível igual ou superior, ou tenha escolaridade igual ou superior ao do indiciado, garantindo a imparcialidade e independência na apuração dos fatos.

21. O Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) estabelece que o trânsito seguro é uma responsabilidade exclusiva dos condutores de veículos, não impondo deveres específicos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para a promoção de condições seguras de tráfego.

22. A retroatividade da lei penal mais benéfica é um princípio estabelecido no art. 2º do Código Penal, permitindo que uma lei posterior, que deixa de considerar um fato como crime ou que de alguma forma beneficia o réu, seja aplicada a fatos anteriores, inclusive àqueles já julgados. Esse princípio reforça o compromisso do Direito Penal com a justiça e a proporcionalidade das penas.

23. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, os crimes de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, e extorsão mediante sequestro são considerados hediondos, não sendo passíveis de fiança ou liberdade provisória.

24. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) limitou-se a reconhecer os direitos humanos apenas para os cidadãos dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), excluindo os Estados não-membros de suas proteções.

25. Para a homologação de uma sentença estrangeira de divórcio no Brasil, é necessário que ambos os cônjuges estejam presentes fisicamente na sede do STJ durante o processo, independentemente do tipo de divórcio ou dos elementos envolvidos na decisão.

26. No Direito Penal, o princípio da legalidade, afirmado pelo art. 1º do Código Penal e reiterado no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, estabelece que não pode haver punição por um fato que não esteja expressamente previsto como crime em lei anterior, nem aplicação de pena sem prévia definição legal. Esse princípio é essencial para a segurança jurídica, garantindo que ninguém seja surpreendido por leis retroativas que criem crimes ou penas.

27. O registro de arma de fogo é obrigatório e deve ser feito no Sinarm, que tem competência para cadastrar as armas de fogo, autorizações de porte, transferências de propriedade, e ocorrências como extravio ou roubo, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.826/2003.

28. As partes contratantes da Convenção sobre o Genocídio comprometem-se a estabelecer sanções penais eficazes para punir os responsáveis por genocídio ou qualquer dos atos a ele relacionados, como a incitação direta e pública ao genocídio, e a tentativa de genocídio.

29. Para os efeitos da Lei Maria da Penha, considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

30. Os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais são conceitos que se aplicam exclusivamente dentro do âmbito jurídico internacional, não possuindo relevância ou aplicabilidade nas ordens jurídicas internas dos Estados.

31. A Lei nº 1.079/1950 permite que o Presidente da República declare guerra sem a autorização do Congresso Nacional em qualquer circunstância, como medida para assegurar a soberania nacional.

32. A Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) determina que as praias abertas à circulação pública não são consideradas vias terrestres para os efeitos de trânsito e, portanto, o Código não se aplica à circulação de veículos nesses locais.

33. A Lei Federal nº 13.869/2019 estabelece que divergências na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas por parte de agente público não são consideradas como abuso de autoridade.

34. A Lei Maria da Penha cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente de sua orientação sexual, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade e religião.

35. A Lei nº 9.605/1998 prevê que a pena por crimes ambientais pode ser substituída por penas restritivas de direitos, como prestação de serviços à comunidade, especialmente em casos de crimes culposos ou quando a pena privativa de liberdade for inferior a quatro anos.

36. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 desempenhou um papel crucial na definição dos procedimentos para a assinatura e aplicação de tratados internacionais, estabelecendo-os como acordos regidos pelo Direito Internacional, concluídos por escrito entre Estados. Essa convenção definiu as bases para a formalização, celebração e eficácia jurídica dos tratados internacionais de Direitos Humanos.

37. A Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) determina que as guardas municipais têm como uma de suas competências a execução de serviços de trânsito em rodovias estaduais e federais, colaborando diretamente com os órgãos responsáveis por estas vias.

38. A Constituição Federal do Brasil determina que somente cidadãos brasileiros têm o direito fundamental ao acesso à Justiça, excluindo estrangeiros residentes no país. Apenas cidadãos nativos ou naturalizados podem buscar assistência legal gratuita através da Defensoria Pública.

39. O princípio da legalidade permite que medidas provisórias e decretos presidenciais possam criar novos tipos penais, aumentando a flexibilidade do sistema jurídico para responder rapidamente a novas demandas sociais sem a necessidade de passar pelo processo legislativo tradicional.

40. A Lei Federal nº 11.343/2006 proíbe o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos que possam ser utilizados para a produção de drogas em todo o território nacional, salvo em casos de autorização legal para fins medicinais ou científicos.

41. O inquérito administrativo do Processo Administrativo Disciplinar segue o princípio do contraditório, garantindo ao acusado o direito à ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito, promovendo a justiça e a legalidade nos processos administrativos.

42. As normas penais em branco, que necessitam de complementação por outras normas de igual ou diverso nível hierárquico, não contrariam o princípio da reserva legal. Um exemplo é a norma que define os crimes relacionados ao tráfico de substâncias entorpecentes, cuja especificação das substâncias é feita por portarias do Ministério da Saúde. Essa característica permite a adaptação da lei às mudanças sociais e técnicas sem necessidade de revisão legislativa contínua.

43. As sessões do Congresso Nacional ocorrem exclusivamente com a participação de senadores, não sendo necessária a presença de deputados federais para a discussão e votação de projetos de lei.

44. O Ministério Público (MP) desempenha um papel crucial no sistema de Justiça brasileiro, agindo na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de direitos sociais e individuais indisponíveis. Organizado estruturalmente entre o Ministério Público da União e o dos Estados, o MP abrange áreas como combate à tortura e controle externo da atividade policial, enfatizando sua autonomia e importância na promoção de justiça e defesa de interesses coletivos.

45. O Senado Federal é responsável pela elaboração e aprovação exclusiva de todas as leis que regem o país, sem necessidade de participação da Câmara dos Deputados.

46. A Constituição Brasileira faz uma clara distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos ao referir-se aos primeiros como ""Direitos e Garantias Fundamentais"" e aos segundos como ""direitos inseridos em tratados internacionais"", conforme mencionado no artigo 5º, § 3º.

47. Entre as atribuições privativas do Senado Federal, está a aprovação da designação de embaixadores, magistrados e titulares de outros cargos essenciais, conforme discriminado na Constituição Federal.

48. O genocídio, definido como um crime contra o Direito Internacional pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, inclui atos como o assassinato e dano grave à integridade física ou mental de membros de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, com a intenção de destruir esse grupo, no todo ou em parte.

49. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade só podem ser praticados por servidores públicos efetivos, não se aplicando a agentes políticos ou a particulares que atuam em colaboração com a Administração Pública.

50. O princípio da legalidade, conforme estabelecido no artigo 1º do Código Penal e no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, determina que não há crime sem uma lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Esse princípio é fundamental para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das condutas consideradas criminosas e das respectivas penas.

51. A centralização administrativa ocorre quando o Estado transfere competências de uma entidade da Administração Direta para uma entidade da Administração Indireta, promovendo maior autonomia na gestão dessas funções.

52. Atos de improbidade administrativa que resultem em enriquecimento ilícito sujeitam o agente público ou terceiros beneficiários à perda dos bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, conforme previsto na legislação, reforçando o compromisso com a ética e a legalidade no serviço público.

53. No caso de normas penais em branco, cujo complemento é de nível diverso, como regulamentos ou portarias, a alteração desses complementos pode ser aplicada retroativamente para agravar a situação do réu, em virtude da necessidade de atualização constante do Direito Penal.

54. O termo "direitos fundamentais" aplica-se especificamente aos direitos estabelecidos na ordem jurídica de um país, demonstrando a importância de uma estrutura legal interna para a proteção e garantia da dignidade humana. Já os "direitos humanos" abrangem um espectro mais amplo reconhecido globalmente em documentos internacionais.

55. Qualquer cidadão, sem necessidade de ser parte interessada, pode presidir o CNJ, conforme escolha direta realizada pelo Poder Executivo.

56. Segundo a Resolução CONTRAN nº 1.003, de 21 de dezembro de 2023, é permitido transportar cargas em partes externas do veículo, como capôs e para-choques, sem necessidade de autorização especial, desde que a visibilidade do condutor não seja comprometida e a carga esteja devidamente sinalizada.

57. A organização administrativa do Estado brasileiro caracteriza-se por uma descentralização política vertical, dividindo competências entre União, Estados e Municípios; e uma descentralização política horizontal que distribui tarefas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em cada esfera federativa, exceto nos Municípios, que não possuem Poder Judiciário.

58. Os "Direitos humanos" e "direitos fundamentais" são termos que, ontologicamente, não possuem diferenças, uma vez que ambos materializam a dignidade da pessoa humana. Contudo, a distinção entre eles reside no plano de positivação: os direitos fundamentais são positivados na ordem jurídica interna de cada Estado, enquanto os direitos humanos são reconhecidos em documentos internacionais.

59. No Brasil, a Administração Indireta pode atuar independentemente da Administração Direta, não necessitando de autorização legislativa para sua criação ou para a definição de suas competências.

60. A Lei Federal nº 12.850/2013 define que apenas a participação em atos de execução direta qualifica alguém como integrante de uma organização criminosa, excluindo aqueles que exercem funções de comando sem envolvimento direto.

61. A Lei nº 9.455/1997 estipula que a condenação por crime de tortura resulta na perda do cargo, função ou emprego público e na interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

62. Os direitos fundamentais, por serem positivados exclusivamente na ordem jurídica interna, não têm relevância ou influência em discussões ou litígios internacionais, sendo irrelevantes fora das fronteiras nacionais do Estado que os estabeleceu.

63. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a fiscalização do cumprimento das normas de trânsito em condomínios constituídos por unidades autônomas é de responsabilidade exclusiva dos síndicos ou administradores desses espaços, não cabendo aos órgãos de trânsito intervenção ou aplicação de penalidades.

64. A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se a todos os agentes públicos e a particulares que induzam ou concorram para a prática de atos ímprobos, visando proteger a integridade do patrimônio público e promover a responsabilização de atos contra a administração pública.

65. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 60 dias, contados a partir da data de publicação do ato que constitui a comissão, podendo ser prorrogado por mais 60 dias, se as circunstâncias assim exigirem, assegurando um processo ágil e eficiente.

66. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei n° 12.288/2010) estabelece que ações afirmativas e políticas públicas de inclusão devem ser direcionadas exclusivamente para a população negra, sem considerar outras minorias étnicas no Brasil.

67. No Processo de Sindicância e no PAD, a decisão final pode ser tomada exclusivamente pelo presidente da comissão, sem a necessidade de consenso entre os membros da comissão designada.

68. A Convenção sobre o Genocídio permite que as partes contratantes definam o genocídio e os atos relacionados de maneira flexível, adaptando-os conforme as necessidades e contextos específicos de cada país.

69. O Ministério Público atua exclusivamente na defesa de interesses individuais, não se envolvendo com direitos coletivos ou difusos, como o meio ambiente ou o patrimônio público. Sua atuação é restrita a processos individuais, sem impacto em questões de maior escopo social ou coletivo.

70. A Resolução CONTRAN nº 1.003, de 21 de dezembro de 2023, permite que veículos transportem cargas excedendo os limites laterais do compartimento de carga sem qualquer tipo de autorização prévia, desde que o transporte não ultrapasse os limites legais estabelecidos.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. No Microsoft Word, a função de tabulação estabelece um local específico na página para o alinhamento do texto, possibilitando a organização do conteúdo em forma de tabela e a utilização de pontos para a separação.

72. Os servidores públicos não têm responsabilidade ética em relação ao uso adequado dos recursos públicos, pois sua gestão é exclusivamente administrativa.

73. Na ortografia da língua portuguesa, é possível abreviar palavras estrangeiras. Devido a esse fenômeno, algumas letras do alfabeto, como K, W e Y, se tornam recorrentes.

74. A ética é relativa e varia de acordo com as circunstâncias e os interesses pessoais de cada indivíduo.

75. Na democracia, a ética não desempenha um papel importante no exercício da cidadania, pois cada indivíduo tem o direito de agir de acordo com seus próprios interesses.

76. A ética na função pública envolve o compromisso dos servidores com a transparência, a honestidade e a prestação de contas no exercício de suas atividades.

77. A ética é um conjunto de princípios que orientam o comportamento humano em sociedade, visando ao bem comum e à justiça.

78. O Google Sala de Aula é uma ferramenta de aprendizado virtual desenvolvida pelo Google, que permite aos educadores criar salas de aula online, atribuir tarefas, fornecer feedback e interagir com os alunos de forma remota.

79. O exercício da cidadania em uma democracia envolve o respeito pelos direitos humanos, a participação ativa na vida política e a defesa dos valores democráticos.

80. Ética e moral são termos intercambiáveis e têm o mesmo significado na filosofia e na psicologia.

81. Se caracterizam como oxítonas palavras que possuem a sílaba tônica estabelecida na última sílaba. Ex: "avô" e "café".

82. A coerência semântica se caracteriza por relacionar as informações do texto, incluindo a ordem das palavras.

83. O Google Documentos é uma aplicação de processamento de texto baseada na web, que permite aos usuários criar e editar documentos de texto de forma colaborativa em tempo real.

84. Vírus e pragas virtuais são inofensivos e não representam ameaças para a segurança da informação, sendo apenas uma preocupação exagerada dos usuários.

85. Na função pública, é aceitável receber presentes e favores de cidadãos ou entidades privadas em troca de benefícios ou tratamento preferencial.

86. Para que a preposição ocorra, uma regência nominal precisa ser estabelecida. Sem a regência, a preposição não ocorre.

87. Procedimentos de backup são desnecessários, pois os sistemas modernos de armazenamento de dados garantem automaticamente a segurança e a integridade das informações.

88. Todo computador precisa de uma via de comunicação entre ele e o usuário. Essa via de comunicação básica chama-se Sistema Operacional. Esse sistema é o responsável pelo gerenciamento do hardware e do software do computador e utiliza uma plataforma gráfica (um ambiente) que permite maior interatividade com o usuário.

89. Se caracterizam como paroxítonas palavras que possuem a sílaba tônica estabelecida na penúltima sílaba. Ex: "céu" e "cidade".

90. A função pública exige imparcialidade e objetividade por parte dos servidores, que devem tomar decisões baseadas no interesse público, sem favorecer interesses pessoais ou de terceiros.

91. A coesão referencial se caracteriza por organizar as informações dentro de um texto. Além disso, ocorre por justaposição.

92. Programas são apenas aplicativos de software que não têm relação com a organização e o gerenciamento de informações em um sistema de computador.

93. A eficácia dos aplicativos de segurança, como antivírus, firewall e antispyware, pode ser influenciada por fatores como atualizações regulares, configurações adequadas e a capacidade de detectar ameaças emergentes.

94. A coesão sequencial se dá pela conexão que existe entre palavras e entre orações dentro de um texto.

95. A moral é um conjunto de normas e valores internalizados pelos indivíduos ao longo de suas vidas, influenciando suas decisões e comportamentos.

96. A coerência sintática se caracteriza por estudar a relação das palavras de um texto, incluindo seu significado.

97. Arquivos e pastas são conceitos obsoletos e desnecessários na era digital, onde tudo é armazenado na nuvem e acessado por meio de aplicativos online.

98. Os homônimos são palavras que apresentam significados diferentes, entretanto, ao serem escritas ou faladas, apresentam semelhanças. Ex: "manga (fruta)" - "manga (parte da camisa)".

99. Não há diferença entre organização e gerenciamento de informações; ambos os termos significam a mesma coisa no contexto da informática.

100. O Hífen é utilizado para unir palavras compostas e com derivação prefixal. Ex: “micro-ondas”, “anti-inflamatório”, “anti-herói” e “dia-a-dia”.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO

CONCURSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS (PE)

QUESTÕES DISCURSIVAS

CARGO: GUARDA MUNICIPAL FEMININO

QUESTÃO 1

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) é essencial no combate à corrupção e na promoção da integridade dentro da Administração Pública, estabelecendo sanções para atos que resultem em enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário ou atentem contra os princípios administrativos. Para os agentes públicos, compreender essa legislação é crucial, pois eles desempenham um papel fundamental na detecção e prevenção desses atos, garantindo que a gestão dos recursos e serviços públicos seja realizada com transparência e responsabilidade. Tal conhecimento é particularmente relevante para as funções descritas, nas quais a observação e a ação direta podem prevenir a má conduta e reforçar a confiança da sociedade na integridade das instituições.

Nesse cenário, a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa se alinha ao dever do agente público de agir conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O agente, ao exercer suas funções de vigilância e interação com a comunidade, deve estar atento para identificar e agir diante de possíveis infrações, utilizando seu conhecimento da lei para orientar suas decisões e ações. Assim, sua atuação não se limita às atividades cotidianas, mas se estende à contribuição vital para o fortalecimento das bases éticas e morais que sustentam o serviço público e a própria democracia.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) e considerando as atribuições do cargo de Guarda Municipal, elabore um texto de acordo com o seguinte comando:

DESCREVA QUAIS AS AÇÕES IMEDIATAS E AS MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO QUE VOCÊ TOMARIA AO SE DEPARAR COM UMA SITUAÇÃO DE IMPROBIDADE NO SEU LOCAL DE TRABALHO, ENFATIZANDO COMO SUA CONDUTA CONTRIBUI PARA A TRANSPARÊNCIA E A ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

Mais informações: a questão que compõe a prova discursiva deverá ter a extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 20 (vinte) linhas, conforme disposto na página 17 (dezessete) do edital, no tópico 6, da seção “4.3.2. Da prova discursiva.”.

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.

Área de rascunho

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

QUESTÃO 2

O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014) representa um marco na definição e consolidação do papel das guardas municipais no Brasil, atribuindo-lhes competências claras na segurança pública e na proteção dos direitos fundamentais. Esse Estatuto não apenas delineia as funções de segurança, prevenção e preservação da ordem pública, mas também estabelece que as guardas municipais devem atuar de forma a garantir a proteção dos direitos humanos, o exercício da cidadania e a segurança das pessoas e patrimônios. O documento destaca a necessidade de as guardas trabalharem de maneira integrada com as diversas forças de segurança e com a comunidade, promovendo a paz social e a participação social na construção de políticas de segurança pública.

Nesse contexto ampliado, a atuação do agente da guarda municipal vai além da vigilância patrimonial, abrangendo ações proativas na comunidade, mediação de conflitos e participação em programas de prevenção ao crime e à violência. O Estatuto incentiva uma postura mais comunitária e menos repressiva, buscando a aproximação com o cidadão e a compreensão das especificidades locais para uma atuação mais efetiva e empática. Assim, o agente deve ser capacitado não apenas em técnicas de segurança, mas também em princípios de cidadania e direitos humanos, fundamentais para o exercício de suas funções dentro do espírito do Estatuto. Essa abordagem reflete uma mudança paradigmática na concepção de segurança pública, na qual a guarda municipal assume um papel vital na construção de uma sociedade mais segura, justa e inclusiva.

Considerando o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014) e as atribuições do cargo, responda à seguinte pergunta em seu texto discursivo:

COMO VOCÊ APLICARIA OS PRINCÍPIOS DO ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS PARA MELHORAR A INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE E CONTRIBUIR PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES?

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

Mais informações: A questão que compõe a prova discursiva deverá ter a extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 20 (vinte) linhas, conforme disposto na página 17 (dezessete) do edital, no tópico 6, da seção “4.3.2. Da prova discursiva.”

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.

Área de rascunho

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.